



O IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais



Centro de Pastoral Vergueiro
* N.º 14.06.85
BIBLIOTECA

página 4

A participação dos trabalhadores na
Assembléia Nacional Constituinte

página 2

A luta pela Reforma Agrária,
Ampla, Geral e Massiva

página 5

As comemorações do 1º de Maio em Minas
Gerais

página 3

Cresce a violência contra os trabalhadores
rurais

páginas 7 e 8

Terra para quem nela trabalha

Editorial

Os trabalhadores e a Nova República

Depois de um mês da morte do Presidente da República, Tancredo Neves, o país se refaz e a luta por melhores salários e condições de vida se faz presente em todos os lugares.

Vimos em todo o Brasil e principalmente na nossa Minas Gerais o povo sair às ruas para demonstrar a perda sentida.

Foram anos de ditadura e regime autoritário, anos de escuridão. Saímos às ruas na luta pelas eleições diretas, e o movimento foi crescendo. No campo e na cidade todos queriam votar para Presidente. Contudo, não votamos. O nome de Tancredo Neves foi surgindo, então, como uma alternativa; uma esperança de dias melhores e mais dignos.

Novamente, houve uma frustração generalizada.

No entanto, a saída às ruas, reivindicando: eleições diretas, Reforma Agrária, salários justos, o fim da violência, todos esses movimentos populares, inclusive os dias de vigília e depois as manifestações de pesar pela morte do Presidente Tancredo Neves, demonstraram a força dos trabalhadores brasileiros.

E neste mês que passou, o que vimos foram novamente os trabalhadores se organizarem em seus Sindicatos reivindicando melhores salá-

rios, jornada de 40 horas semanais, a trimestralidade.

Na primeira semana de março, o Ministro do Trabalho contou 47 paralisações ocorrendo ao mesmo tempo.

Em Minas Gerais várias cidades organizaram concentrações no 1º de maio levantando as principais bandeiras do movimento sindical dos trabalhadores: autonomia e liberdade sindical, reforma agrária ampla, geral e massiva, Assembléia Nacional Constituinte, salário mínimo que satisfaça as reais necessidades dos trabalhadores e outras.

É dentro desse quadro de mudanças de Governo — início da "Nova República" — e da efervescência das lutas e reivindicações dos trabalhadores, que será realizado o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Esse Congresso, dado o tamanho e a urgência das reivindicações da categoria, será de fundamental importância para a classe trabalhadora.

A Fetaemg espera com esse Congresso um fortalecimento do movimento sindical dos trabalhadores rurais, pois só assim, organizados e unidos será possível conquistar a Reforma Agrária e uma Constituinte onde os direitos dos trabalhadores rurais sejam respeitados.

CONSTITUINTE



A CONSTITUINTE TEM
QUE TER CHEIRO
DE TERRA!

A participação dos trabalhadores na Nova Constituição

Hoje, os interesses de todos os setores da sociedade estão voltados para um grande tema, que interfere diretamente na vida de cada brasileiro — a Assembléia Nacional Constituinte.

A constituição é lei suprema de um País, é o conjunto de regras que regulamentam a organização e o funcionamento da sociedade. Uma constituição estabelece quais são os direitos e deveres de um cidadão e quais são os deveres do Estado em relação aos cidadãos, assegurando ao conjunto da sociedade formas de controle sobre o Estado.

É a constituição que define e regulamenta os direitos básicos dos cidadãos como: salário, educação, moradia, saúde, terra para quem quer nela trabalhar, transporte, como será o governo.

A constituição que está em vigor atualmente é a que foi elaborada em 1969, pela Junta Militar que assumiu o governo em 1964. Esta constituição foi feita por uma comissão de especialistas, escolhida pelo Governo militar.

Na constituição de 1969, há a

proibição das greves, censura à imprensa, a lei de segurança nacional, que permite a prisão e cassação por razões políticas; o arrocho salarial, que impede o pagamento de reajustes salariais acima da inflação.

Essas medidas decretadas durante o período do governo militar, através de decretos e atos institucionais, que limitaram os direitos básicos de todos os cidadãos brasileiros, é chamado hoje de "entulho autoritário".

É por isso que no atual momento político está se colocando a necessidade de fazer uma nova constituição democrática e representativa dos interesses da grande maioria da população.

E para fazer uma constituição democrática onde os trabalhadores possam ter seus interesses representados, é necessário convocar uma Assembléia Nacional Constituinte.

A população elege delegados, que lhes represente, para fazer parte da Assembléia que elaborará a nova Constituição.

Contudo, se os trabalhadores não participarem ativamente dessa luta, dificilmente a nova constituição o beneficiará. Os

empresários, os grandes latifundiários têm também interesse em fazer as leis todas a seu favor.

Na constituição estarão representados os interesses de quem tiver mais força. Daí a importância dos trabalhadores se organizarem e começarem a discutir em todos os lugares — nas pontas de ruas, nas comunidades, na Igreja, nos Sindicatos — sobre o que deverá ser a constituição. E em novembro de 86, quando deverão ser eleitas as pessoas que farão parte da Assembléia Nacional Constituinte, é preciso votar consciente. Será esse delegado que defenderá, ou não, os seus direitos.

Na Constituição estarão os direitos básicos que todos os brasileiros deverão ter como: direito a moradia, terra para plantar, estabilidade no emprego, salário justo, educação para os filhos, transporte com segurança e outras lutas que o movimento sindical dos trabalhadores já reivindicava.

Para que esses direitos sejam garantidos é preciso que os trabalhadores estejam organizados lutando por seus interesses.

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável
Redatora — Helena Costa
Matrícula 1906
Ilustrações: Berzé

End. Álvares Maciel, 154 — Santa Efigênia — Belo Horizonte — Fone: 224-0077

Órgão de divulgação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais — FETAEMG

DIRETORIA

EFETIVOS

Presidente
André Montalvão da Silva
Vice-Presidente
Joaquim Pereira da Silva Neto
1º Secretário
Juraci Moreira Souto
2º Secretário
Gil Leite Ferreira
1º Tesoureiro
Emílio Dias de Aguiar
2º Tesoureiro
José Severino de Lima

SUPLENTES

Joaquim Ferreira Alves
Waldir Antônio Ferreira
João de Deus Ramos
Francisco Gonçalves dos Santos
Cândido Ferreira Maciel
Paulo Dias dos Santos

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

Expedito Domingues Gomes
Sebastião Neves Rocha
Benedito Luiz Filho

SUPLENTES

José Vicente Teodoro
Sílvio Rodrigues Gomes
José Luciano Alves

DELEGADOS REPRESENTANTES

EFETIVOS

Antônio Laia da Silva
Vicente Faul dos Santos

SUPLENTES

Damião Canela do Nascimento
Sátiro de Souza Rocha

Composto e impresso no Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda. à Rua Padre Rolim, 652 — São Lucas Belo Horizonte.

A luta dos trabalhadores pela reforma agrária

A luta por uma Reforma Agrária, Ampla, Geral e Massiva deixou de ser uma bandeira exclusiva do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, para ser também uma reivindicação dos trabalhadores urbanos.

Nas várias concentrações realizadas pelos trabalhadores em comemoração ao 1º de maio, este assunto, mereceu destaque. Muitas lideranças lembraram que a Reforma Agrária poderá não só dar a sobrevivência em condições dignas para o trabalhador do campo, como também aumentar, a produção de alimentos beneficiando a todos trabalhadores.

A Reforma Agrária, antes restrita a reuniões do Movimento Sindical dos trabalhadores rurais, ganha força hoje. Essa questão virou tema de discussão nacional e vem ocupando debates na televisão, e um espaço nos grandes jornais.

Diante da urgência do tema, e das reivindicações dos trabalhadores rurais, foi criado recentemente o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que tratará exclusivamente da questão.

Segundo pronunciamentos recentes do Ministro, Nelson Ribeiro, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, o objetivo do Ministério será a realização da Reforma Agrária, a partir do Estatuto da Terra.

Logo após sua posse, foram organizadas 17 comissões de estudo, compostas por técnicos do ministério e do INCRA, para elaborar um plano de Reforma Agrária. As comissões levantarão os recursos existentes, dados sobre as áreas de conflitos do país, estudo da legislação agrária e os custos de uma Reforma Agrária, dentre outros temas sobre o assunto. A CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais — foi chamada a participar de algumas delas.

Os estudos dessas comissões serão apresentados aos trabalhadores rurais durante o IV Congresso Nacional, pelo Ministro, Nelson Ribeiro.

Depois, este plano será entregue ao Presidente José Sarney, que posteriormente o enviará ao Congresso Nacional para apreciação.

Contudo, essa luta dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária, sempre causou fortes reações dos grandes proprietários. Muitos trabalhadores têm suas casas derrubadas, suas plantações invadidas e outros são assassinados. Atualmente, com uma maior organização da categoria, muitos têm resistido as pressões e com isso o número de mortes aumentou. Em Minas Gerais no ano (84 a 85) 19 trabalhadores foram assassinados, por latifundiários ou capangas.

Diante da força que o Movimento pela Reforma Agrária vem adquirindo, os grandes proprietários além de ameaçarem diretamente o trabalhador na terra, têm utilizado outras formas de pressões. Organizados em suas entidades de classe — Confederações Nacional da Agricultura e Sociedade Brasileira Rural — têm-se pronunciado nos jornais, na televisão, contra a Reforma Agrária e levando suas reivindicações ao Governo, exigindo que elas sejam atendidas.

A FETAEMG entende que só com a organização dos trabalhadores, em suas entidades de classe, será possível realizar uma Reforma Agrária ampla, Geral e Massiva, quando o trabalhador, além da terra, tenha incentivo e crédito do governo para produzir.

"TANTA TERRA NO MEU VALE
LAVRADOR SEM TER VALIA
FALTA ATÉ CHÃO PRA EU PLANTAR
FEIJÃO QUE É ALEGRIA
NO MEU VALE O BOI É REI
LAVRADOR SEM REGALIA
PATRÃO ESTÁ COM REI NA BARRIGA
E EU DE BARRIGA VAZIA..."

Gonzaga Medeiros

REFORMA AGRÁRIA

DIRETAS PRA PRESIDENTE

Campanha Nacional de Reforma Agrária em MINAS GERAIS

Promoção:
FETAEMG, CONTAG, CPT, CIMI, CNBB, ABRA, IBASE

CONFLITOS DE TERRA

No dia 09 de maio em Belo Horizonte, a Fetaemg juntamente com cerca de 80 lideranças de trabalhadores rurais do Estado, entregaram a Jafete Abrão, diretor da Ruralminas, um documento com a relação de todos os conflitos existentes no Estado de Minas Gerais.

Atualmente os conflitos de terra chegam a 72, envolvendo cerca de 9 mil famílias, que representam aproximadamente 50 mil pessoas.

Esse quadro tem-se agravado a cada dia aumentando o número de trabalhadores sem terra e o número de assassinatos de camponeses.

Essa situação é fruto da concentração da propriedade em mãos de um reduzido número de pessoas e empresas. A maioria grandes extensões de terras improdutivas, servindo apenas para fins especulativos. Outras ocupadas por grandes empresas para plantarem eucaliptos e depois transformarem em carvão vegetal, destruindo nossas reversas naturais.

Apesar de ter crescido o número e a intensidade dos conflitos, tem sido

mais firme a resistência dos posseiros, pequenos proprietários, e assalariados do Movimento Sindical dos trabalhadores rurais.

RELAÇÃO DOS CONFLITOS DE TERRAS EXISTENTES EM MINAS GERAIS

- Cachoeirinha — município de Vazelândia
- Fazenda Menino — município de Arinos
- Fazenda Flores — município de Vazelândia.
- Fazenda Aliança, São Francisco e Lagoa — município de Pedra Azul
- Fazendas Extrama, Tabocas, Salitro, Bálsamo e São Pedro — município de Unai.
- Fazenda São Joaquim — município de Berilo
- Fazenda Manoel Pereira — município de Senador Modestino Gonçalves
- Comunidade de Soveno — município de Mesquita
- Barragem Juramento — município de Juramento
- Projeto Gorutuba — município de Janaúba
- Projeto Jaíba — município de Man-

- ga
- Fazenda Picos — município de Januária
- Fazenda Rio do Peixe — município de Januária
- Fazenda Vereda Grande — município de Januária
- Fazenda Triunfo — município de Januária
- Fazenda Bois — município de Januária
- Fazenda Pandeiro — município de Januária
- Ilha Cora das Bestas
- Ilha do Belo Monte
- Ilha das Cabeceiras
- Ilha da Palmeirinha
- Ilha da Cana Verde
- Ilha da Copasa
- Ilha dos Peixinhos
- Ilha dos campos
- Ilha do Jotobá
- Fazenda Casa de Telhas/Peruassu — município de Januária
- Fazenda Barreiro — município de Iturama
- Fazenda Soledade — município de Iturama
- Fazenda Pindaíba — município de Salinas
- Fazendas Lagoa Grande, Seca e Dourada — município de Taiobeiras.

- Fazenda dos Rios das Lajes — município de Porteirinha
- Fazenda Recreio Baiano — município de Palmópolis — Rio do Prado
- Fazenda Portão — distrito de Salto da Divisa
- Fazenda Córrego Grande — município de Carlos Chagas
- Fazenda Brejaúba — município de Itaipé
- Fazenda Sertãozinho — município de Capinópolis
- Fazenda Santa Cruz do Gavião — município de Diamantina
- Fazenda Mato Grosso e São Miguel — município de Turmalina
- Povoado Barra do Guaicuí — município de Rio Pardo de Minas
- Fazenda Canavial — município de Patos de Minas
- Distrito de Catita — município de Maravilhas
- Fazenda Olhos D'Água — município de Papagaios
- Fazenda Assa Peixe — município de Bonfinópolis
- Chaveslândia — município de Santa Vitória
- Chapada do Lagoão — município de Araçuaí
- Lagoa do Peixe — Urucum — município de Virgolândia.

A Nova República e a agricultura

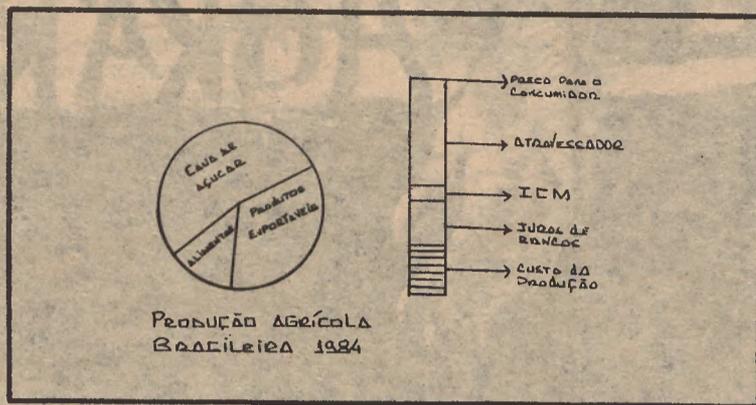
A população brasileira come menos que há 5 anos atrás. Desde 1980 a produção de cereais está em torno de 50 milhões de toneladas por ano. Os únicos produtos que tiveram aumento significativo na produção foram a soja, a laranja, e cana. Todos eles produzidos para exportar.

Os produtos de consumo dos brasileiros, como o feijão, o amendoim, a batata, o trigo e a mandioca, mantiveram-se estáveis, sendo que alguns reduziram a produção. Contudo a população está crescendo em torno de 2,3% ao ano.

Em 1977 a produção de grãos no Brasil foi de 46,2 milhões de toneladas e a população era de 110,7 milhões de brasileiros. Caberia a cada brasileiro, teoricamente, 417 Kg de alimentos por ano. Espera-se para 1985 uma produção agrícola de 51,5 milhões de toneladas, para uma população de 140,8 milhões de habitantes. A cada brasileiro caberá, teoricamente, 366 Kg de alimentos no ano.

Os responsáveis pela produção de alimentos no país, são os pequenos proprietários. Contudo a nossa política beneficia os grandes proprietários e as grandes empresas, que produzem para o mercado externo.

Diante da falta de créditos e incentivos os pequenos produtores são obrigados a abandonarem suas terras e



deixarem de plantar, ficando os alimentos mais escassos e mais caros.

O Governo da Nova República terá a responsabilidade de solucionar o sério problema da fome no Brasil e para isso terá que mudar a atual política agrícola.

O Movimento Sindical dos trabalhadores rurais vem reivindicando uma definição da política agrícola voltada para a **produção de alimentos para atender ao mercado interno**, com:

- fixação a cada ano de valores básicos de custeio realistas, aprovado por

um conselho, onde participassem trabalhadores rurais:

- reajustes mensais dos preços mínimos;
- tratamento diferenciado na política de crédito rural para os alimentos;
- seguro agrícola;
- pesquisas e assistência técnica e
- estrutura adequada ao meio rural.

Estas são algumas medidas propostas pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais para mudar a curto prazo a situação de penúria e miséria em que se encontra a maioria do povo brasileiro.



Plantadores de algodão protestam em Porteirinha

Plantadores de algodão protestam em Porteirinha

Cerca de 2.500 plantadores de algodão de Porteirinha, Norte de Minas, se reuniram na Praça principal da cidade reivindicando melhor preço para o algodão e fazendo uma queima simbólica do produto sob os dizeres "é melhor queimar do que entregar".

blico sobre a situação que estão vivendo, que é de grandes dificuldades. O preço mínimo garantido pelo governo não cobre nem os gastos com a produção que está em torno de 24 mil cruzeiros.

Os plantadores de algodão durante o ato de protesto aprovaram várias reivindicações que foram encaminhadas às autoridades competentes. Dentre elas estão: um preço mínimo de 35 mil cruzeiros a arroba; uma política agrícola para a produção de algodão no norte de Minas; aplicação imediata do artigo 85, da Lei nº 4504/64 do "Estatuto da Terra"; juros de 20 por cento ao ano para a região; maior controle dos preços dos adubos, venenos, máquinas e implementos agrícolas e a construção por parte do Estado de armazéns na região.

O ato de protesto que foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, com o apoio da FETAEMG, contou com a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Mato Verde e Espinosa, além de representantes dos posseiros de Cachoeirinha.

Segundo José Carlos Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, o município tem uma produção estimada em torno de 70.000 toneladas por ano, considerada a maior do Estado. A maioria dos plantadores são pequenos produtores que plantam até em volta da casa. Eles dependem exclusivamente da venda do algodão por um preço justo para garantirem sua sobrevivência e continuarem a plantar.

Vários pequenos produtores falaram durante o ato pú-

José Carlos Mendes lembrou que este é o primeiro ato público que foi realizado em Porteirinha, e uma vitória já conseguiram. Depois da manifestação, CFP montou escritório na cidade, e passou a comprar o produto por 28 mil a arroba. O algodão estava sendo vendido anteriormente por 22 mil a arroba.



Colhedores de laranja do Triângulo Mineiro fazem acordo coletivo

Os trabalhadores rurais de Frutal, no Triângulo Mineiro fizeram em abril mais uma vez, o acordo coletivo de trabalho.

O acordo foi feito entre a Cutrale, Empresa de lavouras de laranja, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frutal e a Fetaemg.

Cerca de 400 colhedores de laranja foram beneficiados com o acordo. A Cutrale tem 6 fazendas na região, sendo elas em Frutal, Campo Florido, Comendador Gomes e Prata.

Com o contrato coletivo

de trabalho os trabalhadores rurais conseguiram: salário mensal de Cr\$ 543.000, salário de experiência no mesmo valor. Este acordo terá validade de 6 meses.

Os trabalhadores rurais de Carmo do Paranaíba, também no Triângulo Mineiro, estão começando a se organizar para fazerem o contrato coletivo de trabalho. Inclusive o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade foi fundado recentemente, mas está com toda a força.

No município de Carmo

do Paranaíba, há grandes plantações de café. Os trabalhadores da panha do café fizeram duas reuniões e já levantaram as seguintes reivindicações:

- padronização das medidas de alqueire;
- transporte gratuito para o trabalho;
- domingo remunerado;
- férias e 13º proporcionais no final da safra.

Contudo, as reivindicações ainda, deverão ser aprovadas em Assembléia a ser realizada no próximo mês.



As comemorações do 1º de Maio em Minas



Manifestação do 1º de maio dos trabalhadores do baixo Jequitinhonha em Almendra



1º de maio em Padre Paraíso

O que vale o Salário Mínimo

No dia 31 de março foi divulgado pelo Presidente da República, José Sarney, o novo salário mínimo de Cr\$ 333.120, que passou a vigorar a partir do mês de maio.

O salário foi reajustado em 112,3% do INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor —, que no mês de abril foi de 89%.

Desde o decreto-lei 2012 de 1983 o salário mínimo tem sido reajustado em 80% do INPC, ou seja, abaixo do aumento dos preços.

Apesar deste reajuste ter sido um pouco acima do índice da inflação de seis meses (89%), ele foi bem menor que as necessidades reais e expectativas dos trabalhadores.

O MÍNIMO NECESSÁRIO PARA O TRABALHADOR

Segundo a Constituição Brasileira, o salário mínimo é a menor remuneração que o trabalhador pode receber, capaz de satisfazer suas necessidades e as de sua família.

De acordo com a lei, o salário mínimo, deveria cobrir os gastos com alimentação, habitação, vestuário, higiene, saúde e transporte e educação.

Em relação a alimentação a Constituição estabelece, a "ração mínima", que é a quantidade mínima de alimentação que um adulto deve comer por mês. São incluídos 13 produtos básicos — carne, leite, feijão, arroz, farinha de trigo, batata, tomate, pão de sal, café em pó, banana, açúcar, banana e manteiga.

De acordo com dados do DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, o custo mínimo da alimentação em Belo Horizonte de um

adulto, em abril de 1985, foi de Cr\$ 140.408.

Se considerarmos uma pequena família de 4 pessoas, duas adultas e duas crianças e que as duas crianças consomem o equivalente a um adulto, segundo o Dieese, essa família terá gasto, apenas com alimentação, Cr\$ 421.224 no mês de abril.

O salário mínimo, sendo hoje de Cr\$ 333.120, não é suficiente nem para comprar a comida.

O salário mínimo necessário para satisfazer uma família de quatro pessoas, deveria ser hoje de Cr\$ 988.260 — segundo dados divulgados pelo Dieese.

O QUE VALE O SALÁRIO MÍNIMO ATUAL

Historicamente, o salário mínimo tem perdido o seu poder de compra. O trabalhador compra cada vez menos, com o que recebe.

O salário mínimo atual é 65,9% inferior ao valor do julho de 1940, data em que entrou em vigor.

Entre setembro de 83 a agosto de 84, um trabalhador em Belo Horizonte gastava 75,1% só para comprar a ração essencial. Foi nessa época que foram assinados os decretos diminuindo o salário.

Com o atual salário mínimo compra-se no mês de maio "19,5 quilos de café" em Belo Horizonte. Em maio de 1984 com o salário mínimo que estava em vigor comprava-se 36,5 quilos do mesmo produto.

O que estamos vendo é uma perda crescente do poder de compra do trabalhador. No campo, esta situação é ainda mais grave, pois muitos trabalhadores nem o salário mínimo recebem.

O dia do trabalhador foi comemorado em todo o País. Alguns com festas, concentrações e outros com reflexões, mas todos trabalhadores — rurais e urbanos — lembrando as principais reivindicações da classe.

Essa data é consagrada mundialmente como um "dia de luta", quando todos os trabalhadores se unem na luta por melhores condições de vida e trabalho.

Uma **Reforma Agrária Ampla, Geral, Massiva e Imediata**, foi a frase mais ouvida em todas as manifestações e encontros organizados, em comemoração ao 1º maio, pelos trabalhadores rurais mineiros.

Em Ituiutaba o 1º de maio foi unificado, com a participação de representantes de sindicatos dos trabalhadores rurais e urbanos e com a presença de André Montalvão, presidente da Fetaemg. Houve um encontro durante todo o dia, com palestras e discussões sobre as principais lutas do campo e da cidade.

Em Presidente Bernardes cerca de 800 trabalhadores participaram da passeata e do ato público organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Bernardes, que contou com a presença do diretor da Fetaemg, Juraci Moreira Souto.

Em Itaguara o Sindicato fez um trabalho em 11 comunidades e participaram das comemorações do 1º de maio cerca de 700 trabalhadores rurais. Houve uma reflexão sobre a Reforma Agrária, Democracia e a Assembléia Nacional Constituinte, com a participação dos trabalhadores. O ato público contou com a participação de várias autoridades municipais e do Sindi-

cato dos Trabalhadores Rurais de Crucilândia.

Pela primeira vez o 1º de maio é comemorado em Pompéu. Cerca de 50 trabalhadores rurais se reuniram na sede do Sindicato para fazerem uma reflexão sobre a importância desta data. Foram discutidos: o momento político, a crise econômica do País e a necessidade de uma constituinte com a participação dos trabalhadores.

Em Almendra foi realizado o 1º de maio regional, com a presença de 13 sindicatos de trabalhadores rurais do baixo Jequitinhonha. Cerca de 5 mil trabalhadores participaram da concentração, que contou com representantes de partidos políticos, da Igreja e do diretor da Fetaemg, Emílio Dias Aguiar.

Cerca de 5 mil trabalhadores rurais e urbanos reivindicaram "Terra para morar e terra para plantar" durante as comemorações do 1º de maio em Teófilo Otoni. Houve passeata, concentração e celebração com a participação de 30 comunidades rurais.

Em Mutum, 3 mil trabalhadores rurais de 40 comunidades de base participaram das discussões sobre a Reforma Agrária, Violência no campo e democracia. Depois houve celebração, futebol e várias duplas caipiras fizeram apresentações.

O 1º de maio de Nova Era foi comemorado com a presença de 1500 pessoas, sendo que houve representantes dos partidos políticos, dos trabalhadores rurais e urbanos. Todos em seus discursos apontaram a Reforma Agrária como solução para vários problemas enfrentados pelo trabalhador do campo e da cidade.

Em Virgem da Lapa, 2 mil

trabalhadores participaram da passeata e da celebração organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores rurais da cidade.

Em Padre Paraíso, cerca de 1000 trabalhadores, aproveitaram as comemorações do 1º de maio para protestarem contra a violência no campo. Foram feitas várias denúncias das arbitrariedades cometidas pelo prefeito da cidade contra as lideranças sindicais.

Cerca de 800 trabalhadores participaram da celebração do 1º de maio em Caratinga. Durante a missa houve uma oração comunitária sobre a reforma agrária, e todos os trabalhadores puderam ouvir, pois a missa foi transmitida pela Emissora de rádio da cidade.

Todas as comunidades de trabalhadores rurais de Poté participaram das comemorações do 1º de maio na cidade, sendo lembrado na ocasião a urgência de uma reforma agrária, ampla, geral e massiva, para pôr fim à violência no campo.

O 1º de maio foi comemorado também em Passos, num ato público promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade, com presença de 2 mil pessoas. Houve assembleias em vários sindicatos do norte de Minas e também em João Pinheiro, onde os trabalhadores discutiram as condições de transporte e salário.

Para André Montalvão, presidente da Fetaemg, os trabalhadores rurais "é a classe mais oprimida e sofrida deste País. Contudo, vimos em nosso Estado várias manifestações da categoria, demonstrando a nossa organização e isso é animador".





Trabalhadores rurais reunidos no 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais

4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais

Cerca de 4 mil trabalhadores rurais de todo o País estarão presentes nos dias 25 a 30 de maio, em Brasília, no 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Esse Congresso deverá ser o maior Congresso de categoria realizado até hoje no País. A classe trabalhadora rural conta com 2.626 Sindicatos e 9 milhões, 789 associados espalhados pelo Brasil. Todos estes Sindicatos estarão representados no Congresso.

A realização desse Congresso no atual momento político, marcado pelo fim do regime autoritário e início da "Nova República", será de fundamental importância para os trabalhadores rurais.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais tem avançado nos últimos anos. Um exemplo são as paralisações ocorridas na região do corte de cana, nas plantações de café e nos laranjais. Os trabalhadores têm conseguido através da organização, algumas vitórias importantes como: salário um pouco acima do mínimo e melhores condições de trabalho.

Este Congresso representa um grande avanço em relação aos demais congressos já realizados. Isso poderá ser observado não só no número de participantes como também nas propostas que serão discutidas e aprovadas.

PEQUENO HISTÓRICO DOS CONGRESSOS

O primeiro Congresso Nacional realizado pelos trabalhadores foi em 1966, em São Paulo, e os temas discutidos foram: Reforma Agrária, Sindicalismo e Previdência Social Rural.

Em maio de 1973, sob o Governo do General Garrastazu Médici, foi realizado em Brasília, com a presença de 650 trabalhadores, sendo que Minas participou com 36 delegados.

Nesta época, os anos mais fortes do autoritarismo, os trabalhadores reivindicavam a aplicação do Estatuto da Terra, mais escolas no campo, melhor atendimento do FUNRURAL, seguro por acidente de trabalho a todos trabalhadores rurais, crédito e seguro agrícola.

Já o 3º Congresso Nacional realizado em Brasília em 1979, contou com a participação de 1500 trabalhadores, sendo que Minas Gerais participou com 118 delegados. Esse congresso se tornou um marco na história do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

Foi neste congresso que foi levantada a bandeira da Reforma Agrária Ampla, Massiva e Imediata e com a participação dos trabalhadores. O movimento sindical dos trabalhadores rurais passou "a falar menos em pedir e mais em exigir".

Começou-se a ser discutido temas

como a autonomia dos Sindicatos em relação ao Estado, a livre organização dos trabalhadores em suas entidades; política agrícola voltada para os interesses dos pequenos agricultores, e a participação ativa dos trabalhadores rurais no restabelecimento da democracia no País.

PARTICIPAÇÃO DE MINAS

Minas Gerais será o Estado que participará com mais delegados no 4º Congresso. Cerca de 480 trabalhadores rurais, estarão em Brasília, representando 339 sindicatos de trabalhadores rurais.

O 4º Congresso vem sendo preparado pela FETAEMG, no Estado, desde julho do ano passado, através de reuniões de base, nas fazendas, comunidades e pontas de rua.

A primeira fase do trabalho culminou com assembléias nos sindicatos para a escolha dos delegados de base que participaram do 1º Congresso Estadual.

Em agosto e setembro de 84 foram realizados 11 Encontros Regionais dos quais participaram 602 delegados representando 233 Sindicatos, com o objetivo de unificar as propostas da região.

Em novembro do ano passado foi realizado em Belo Horizonte, o 1º Congresso Estadual de Minas Gerais, que

contou com a presença de 534 delegados, representando 222 Sindicatos.

Durante o Congresso foram aprovadas as reivindicações e propostas dos trabalhadores rurais mineiros que serão levadas ao 4º Congresso.

Depois do Congresso Estadual foram realizados encontros regionais em 11 cidades do Estado, quando foram organizadas comissões por temas — Autonomia e Liberdade Sindical, Política Agrícola, Política Salarial, Reforma Agrária, Previdência Social Rural, Democracia e violência no campo.

Em abril e maio foram realizados em Belo Horizonte, seis encontros preparatórios por comissão de estudo, ou seja, um encontro sobre cada tema. Em cada encontro participou cerca de 80 trabalhadores rurais.

As conclusões tiradas durante o 1º Encontro Estadual e que serão discutidas durante o 4º Congresso, revelam a disposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais de Minas de dar continuidade e de avançar na linha de trabalho definida no 3º Congresso Nacional.

A IMPORTÂNCIA DO 4º CONGRESSO

Autonomia e liberdade sindical, fim do arrocho salarial, equiparação da previdência social rural com a urbana,

política agrícola voltada para os interesses dos pequenos produtores, Assembléia Nacional Constituinte com a participação dos trabalhadores e uma Reforma Agrária Ampla, Massiva e Imediata são as principais reivindicações do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

Todos estes itens serão amplamente discutidos durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Um fato importante é que além das várias reivindicações e denúncias, os trabalhadores rurais, apresentarão propostas concretas em relação a diversos temas, principalmente sobre a Reforma Agrária.

Para André Montalvão, presidente da Fetaemg, o 4º Congresso fortalecerá o Movimento Sindical dos trabalhadores rurais, a medida que unificará as propostas e as lutas da categoria em todo país. Não será apenas Minas que estará lutando por uma Reforma Agrária Ampla, Massiva e Imediata, mas todos os trabalhadores do país. Isso dará força ao movimento.

Falando do relacionamento com o novo governo, André, ressalta a importância de se manter a independência do movimento sindical em relação ao Estado, "lembra ele que esta é uma das propostas que os mineiros defenderão no 4º Congresso".

Tribunal nega Habeas Corpus ao assassino de Eloy

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça negou no dia 05 de março pedido de habeas corpus para Paulo Leonardo Pereira, fazendeiro e ex-bancário, que assassinou a tiros o líder rural Eloy Ferreira da Silva, ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco.

Agora Paulo Leonardo está aguardando julgamento, preso na cadeia pública de Unaí, onde se encontra desde o dia 29 de dezembro por ordem do Juiz da cidade.

"Essa decisão do Tribunal vai dar uma tranquilidade maior a família de Eloy e também às testemunhas que deverão ser arroladas durante o processo", afirmou André Montalvão, presidente da FETAEMG.

Para André Montalvão a liberdade do assassino colocaria em risco o próprio processo e a família do companheiro Eloy, que continua sofrendo ameaças.

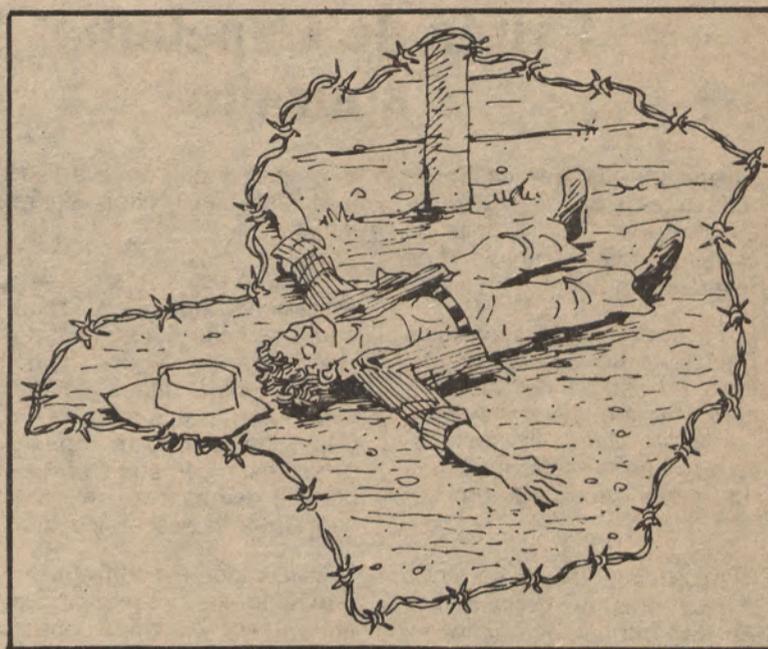
No dia seguinte ao adiamento "dois homens desconhecidos se dirigiram, num veículo reconhecido como de propriedade de um fazendeiro da região, na casa da família de Eloy, procurando por seus dois filhos mais velhos. Esses homens permaneceram durante todo o dia nas proximidades do Sítio Pequeno e quebraram, uma cancela, destruíram tapume e cercas. Foram embora à noitinha prometendo que voltariam" — informa o presidente da FETAEMG.

A FETAEMG entrou em contato com o delegado de Arinos, Márcio Lima Carence, e segundo

ele os responsáveis pela destruição foram Pedro Carvalho Brandão, 36 anos, e Alfredo Cardoso dos Santos, 20 anos, ambos contratados pelo corretor paulista Antônio Marino, 48 anos.

Segundo o delegado todos os três estão presos na delegacia pública de Arinos e já confessaram terem agido a mando do fazendeiro José Geraldo Severo dos Santos e do advogado Jorge Flávio de Moraes, que se dizem donos das terras da família Ferreira.

Para André Montalvão todos esses fatos têm relação com o assassinato de Eloy. Mas, para ele, essa decisão do Tribunal de Justiça contribuirá para que o processo siga seu curso normal e que o culpado seja realmente punido.



Posseiro é assassinado em Itamarandiba

No dia 20 de março deste ano o posseiro Eli Braga de 53 anos, casado, pai de oito filhos, foi assassinado às 10 horas, na Comunidade de Serra Negra, município de Itamarandiba, Vale do Jequitinhonha.

O posseiro vinha sendo ameaçado de morte pelos grileiros Geraldo Lourenço de Almeida e Amazo Abelim, que supostamente o assassinaram com três tiros.

Eli Braga nasceu em sua posse e ali plantava milho, arroz, feijão e mandioca para a subsistência.

Ele liderava a resistência de 12 famílias de posseiros envolvidas nesse conflito. Eles entraram na justiça e sua causa já está praticamente ganha.

A área em conflito tem cerca de 30 alqueires e há famílias que moram e trabalham em suas posses há mais de 50 anos. Essa terra vem sendo objeto de cobiça dos grileiros já há algum tempo.

Logo depois de assassinar Eli Braga com três tiros — um nas costas

e dois no peito —, os grileiros voltaram a fazer ameaças. Eles "juraram de morte" o trabalhador rural, também posseiro da região em conflito, de 19 anos.

A denúncia do assassinato de Eli Braga foi feita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamarandiba, por sua esposa dona Rita Cândida de Oliveira. Imediatamente a FETAEMG também foi informada.

Foi enviado um ofício ao Secretário de Segurança Pública, Bias Fortes, reivindicando apuração do crime e a punição dos culpados.

Um grupo de sindicalistas do campo e da cidade marcarão uma audiência com o governador Hélio Garcia nos próximos dias para pedir solução para a violência contra trabalhadores rurais e garantir a vida de todos os dirigentes sindicais que estão ameaçados de morte como os presidentes do Sindicato de Capelinha, Vicente Faul dos Santos e de Unaí, Aparecida.



Trabalhadores prestam homenagem a Eloy

No dia 21 de abril a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, juntamente com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Norte de Minas prestou uma homenagem ao líder sindical Eloy Ferreira da Silva, que foi brutalmente assassinado no dia 16 de dezembro.

Foi inaugurado neste dia, às 11 horas em Montes Claros, a Casa do Trabalhador "Eloy Ferreira da Silva".

Dia 21 de abril do ano passado o líder sindical foi condecorado com a "medalha da Inconfidência". Na ocasião ele

afirmou que sua escolha era um sinal de mudança no relacionamento do governo com os trabalhadores.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, Eloy era uma das lideranças mais expressivas do movimento sindical dos trabalhadores rurais do norte de Minas.

No discurso que fez no encerramento do 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais, realizado em novembro, ele alertava para a violência que se alas-

trava no campo, enfatizando que: "Os trabalhadores vão conseguir a posse da terra, vão conseguir a Reforma Agrária. Mas o que estamos vendo são trabalhadores rurais sendo assassinados por aqueles que toda a vida os massacraram, que toda a vida os exploraram..."

Foi inaugurado no dia 17 de maio em São Francisco, o Centro Comunitário da Fundação Educacional Martins, sendo que em um dos prédios foi instalada placa com o nome de Eloy. O centro comunitário foi construído pela Ruralminas, com recursos do Planoroeste.

Morto mais um trabalhador em São Francisco

No dia 3 de abril, Moacir da Silva, foi violentamente assassinado com tiros pelo pistoleiro conhecido como "Antônio Boi", entre as cidades de São Romão e Riachinho, no município de São Francisco.

O trabalhador rural, 23 anos, casado, morava em Maria da Cruz, município de Januária e havia recebido uma proposta, com um bom salário, para ir trabalhar na Fazenda Galba, perto do lugar aonde foi assassinado. Chegando lá, Moacir e mais nove companheiros não receberam o que os fazendeiros haviam prometido.

Revoltados os trabalhadores pediram as contas. O fazendeiro Galba não concordou e mandou matá-lo.

O pistoleiro "Antônio Boi", quando disparou sua arma na vítima e disse aos companheiros de Moacir: "com este já é o sexto que eu mato". Continuou a ameaçar os outros trabalhadores e atirou em Agenor dos Santos Freitas, que não morreu.

Essa situação de violência contra os trabalhadores rurais precisa ter um fim. É urgente a punição dos mandantes e pistoleiros que friamente matam os trabalhadores.

Três trabalhadores são assassinados em Malacacheta

A violência cresce e é cada dia mais direta no campo. Em menos de quinze dias foram assassinados três trabalhadores no município de Malacacheta, perto de Teófilo Otoni.

No dia 23 de março os irmãos Sebastião Pego e Odilon Pego assassinaram Alceu Ribeiro e José Félix, por disputa de terras.

No dia 1º de abril um pistoleiro não identificado, a mando de Gérson Rocha Lima, assassinou com quatro tiros o trabalhador rural, Sebastião Gomes Pereira, tam-

bém por problemas de terra.

Sebastião, que deixou a esposa e seis filhos, há mais de cinco anos vinha sofrendo ameaças para sair de sua terra, uma área de 50 hectares no Córrego Lambari, a 16 km de Malacacheta. Esse conflito já foi denunciado nas Delegacias de Polícia de Teófilo Otoni, Ladainha e Malacacheta.

A Fetaemg encaminhou ofício ao Secretário de Segurança Pública pedindo a punição dos mandantes e pistoleiros.

Crime de Capelinha é apurado

Depois de três meses é apurado o assassinato do trabalhador rural, José Gomes da Silva, que ocorreu no dia 1º de fevereiro em Capelinha.

Segundo investigações da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas, o criminoso é o lavrador Arcedino Jardim Meira, 45 anos, casado, natural de Santa Maria do Suaçuí e residente em Capelinha.

Arcedino, que se encontra preso, prestou depoimentos no Cartório em Belo Horizonte, no dia 6 de maio, e foi indiciado em processo por homicí-

dio, num inquérito presidido pelo delegado Nilton Carvalho.

Durante estes três meses o assassino continuava solto, como se nada tivesse acontecido, negando a autoria do crime. Arcedino disse que "diversos crimes acontecidos em Capelinha continuam impunes e que este cometido por ele poderia também permanecer com a autoria desconhecida".

O lavrador é conhecido na região por ser um homem violento, tendo cumprido pena de 6 meses, por ter matado sua primeira mulher.



Família de José Gomes, assassinado em Capelinha

2 mil trabalhadores protestam contra a violência em Capelinha

Quase 2 mil pessoas protestaram contra a violência no campo, no dia 30 de março em Capelinha, Vale do Jequitinhonha.

O ato de Protesto foi promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha e pela FETAEMG — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais.

Estiveram presentes representantes de diversos Sindicatos urbanos, partidos políticos, Igreja e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Conselheiro Lafaiete, José de Melo, Ibirité, Minas Novas, Berilo, Itamarandiba, Turmalina, Novo Cruzeiro, Itaipé, Carai, Poté e Teófilo Otoni.

A FETAEMG esteve representada por seu vice-presidente, Joaquim Pereira Neto, que em seu discurso ressaltou a "urgência de se colocar um fim à violência contra trabalhadores rurais, dirigentes sindicais e assessores do Movimento Sindical".

Joaquim de Poté ressaltou que só na região do Vale do Jequitinhonha, "perdemos os companheiros Augustavo Gomes da Silva, de Berilo; José Gomes, de Capelinha; e Eli Braga, de 53 anos, possuído da Comunidade de Serra Negra, município de Itamarandiba, assassinado no dia 20 de março deste ano".

Todos os oradores apontaram a Reforma Agrária como solução para os casos de conflitos de terra, onde ocorrem a maior parte dos assassinatos.

Citando dados fornecidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG — Joaquim afirmou que "em cada três dias morre um trabalhador assassinado e que é a impunidade dos mandantes e

assassinos que tem feito crescer assustadoramente a violência no campo e o número de crimes".

Vicente Faul dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha denunciou, durante o Ato, que também está sendo ameaçado por fazendeiros da região e que isso não intimidará a luta dos trabalhadores "pois sou apenas um dirigente sindical e se acabarem comigo ainda restarão milhares de companheiros para assumirem a luta por melhores salários, melhores condições de trabalho e de vida, e por uma sociedade sem explorados".

Para o presidente do Sindicato de Capelinha a violência no campo não se reduz aos assassinatos, mas está presente nas péssimas condições de trabalho a que os trabalhadores estão submetidos e afirmou "que um homem não tem condição de viver dignamente com um salário de apenas 4 mil cruzeiros, como acontece aqui em Capelinha. Além disso, para sobreviver, o trabalhador tem que jogar a sua família, inclusive as crianças de 8, 10 anos, nas fazendas colhendo café e se arriscando a morrer em caminhões que não oferecem a mínima segurança".

Depois do Ato de Protesto os dirigentes sindicais e representantes das diversas entidades presentes em Capelinha redigiram um documento reivindicando segurança aos trabalhadores rurais, a apuração e punição de todos os assassinos". Só dessa forma, e com a implantação da Reforma Agrária Ampla, Massiva e Imediata acabaremos com toda essa violência — concluiu Vicente Faul.

Trabalhadores são assassinados em Porteirinha

Mais dois trabalhadores rurais são assassinados friamente em Minas Gerais, por conflito de terra.

Minalvo Pereira da Silva, 62 anos, casado, pai de 11 filhos, foi assassinado dia 09 de maio, às 14 horas, em sua posse, no município de Porteirinha, juntamente com o trabalhador **Durvalino Soares dos Santos**, por Alex, Sinderley Ernandes Mendes e Asdrúbal Geovani.

Há quatro anos o trabalhador morava neste pedaço de terra com a família e vinha recebendo sérias ameaças de Sinderley e Asdrúbal, ambos fazendeiros, que queriam invadir suas terras.

Sinderley é político no município de Janaúba e concorreu para vice-prefeito da cidade nas eleições passadas. Asdrúbal é advogado dos grileiros de Jaíba e delegado reformado, sendo Alex, seu cunhado.

Cerca de um ano atrás, Minalvo esteve em Belo Horizonte e o delegado reformado, aproveitando de sua ausência, invadiu a propriedade do trabalhador e expulsou sua família. Chegando à roça, Minalvo buscou sua mulher e filhos para sua posse novamente.

Durvalino, 59 anos, casado, pai de 10 filhos, morava há 4 anos em Belo Horizonte, sem conseguir emprego. Nestes anos todos buscou sua sobrevivência e de sua família, fazendo biscates e trabalhando nas roças.

Há 9 dias ele estava trabalhando na roça de Minalvo. No momento do crime, ambos estavam cuidando das plantações, quando foi disparada a cartucheira à queima-roupa. Morreram com a enxada na mão.

O número de assassinatos de trabalhadores rurais de 84 até hoje chega a 19. Esse número a cada dia cresce mais.

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais está alarmado com essa situação. A Fetaemg tem denunciado todos os assassinatos, encaminhado ofícios à Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, contudo, os verdadeiros responsáveis e os mandantes desses crimes bárbaros continuam soltos. É preciso uma atuação enérgica dos órgãos competentes, **para dar um fim a esta situação**, a punição e a prisão dos mandantes e executores desses assassinatos.

Revolta e emoção no sepultamento

Com a presença de 90 lideranças de trabalhadores rurais foi sepultado, no dia 11 de maio, em Belo Horizonte, o trabalhador rural Durvalino Soares dos Santos, cuja família mora na capital.

Com faixas de protestos, exigindo a punição dos culpados, os trabalhadores num clima de muita emoção e revolta acompanharam o corpo até a sepultura. Várias lideranças discursaram, sendo que André Montalvão, em nome da Fetaemg, lembrou os inúmeros assassinatos, que já ocorreram no Estado, todos eles relacionados com conflitos de terra, e desabafou — "Essa violência precisa ter um fim".

Minalvo Pereira dos Santos foi sepultado perto de Porteirinha, no dia 10 de maio numa cerimônia que contou com a presença de lideranças sindicais do norte de Minas e a Fetaemg esteve representada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba, João.



Sepultamento de Durvalino em Belo Horizonte



Sepultamento de Durvalino — dia 11/05 em BH



Emoção e revolta no sepultamento de Durvalino